ANTIGUIDADE DE CLASSE — INTERINIDADE — ESTÁGIO PROBATÓRIO

— O funcionário só contará, como de antiguidade de classe, o tempo de efetivo exercício prestado como interino, quando à interinidade se seguir nomeação decorrente do concurso cuja homologação determinar sua exoneração do cargo exercido interinamente.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 21.579-44

Consulta a D. G. F. N. se, em face do disposto no parágrafo único do art. 12 do Decreto n.º 6.222-40 e da resolução do C.D. do D.A.S.P., publicada no *Diário Oficial* de 23 de maio de 1940, deverá ser computado, para efeito de estágio probatório, "o tempo de interinidade, como substituto".

2. A consulta foi motivada à vista do caso concreto de um funcionário que, nomeado, interinamente, por decreto de 23 de janeiro de 1943, para exercer o cargo de Ajudante de Tesoureiro, padrão J, do Quadro Permanente do M.F., foi, depois, nomeado para o cargo de Conferente de Valores, padrão J, que atualmente exerce, e em o qual propõe a repartição interessada seja confirmado.

3. O S.P.F. entendeu que o interessado poderá ser confirmado, contando, para efeito de estágio probatório, o tempo de serviço prestado, como interino, em face do disposto no art. 12 do Decreto n.º 6.222. E a D.G.F.N. consulta, então, se, à vista desse dispositivo e da aludida resolução do C.D., poderá, para o fim indicado, ser contado o tempo de interinidade, como substituto.

4. Daí se depreende que a nomeação do interessado, em caráter interino, tivesse sido feita, em substituição, o que não esclarece o processo.

Essa circunstância, que parece ter sido o fundamento da consulta, não afeta, porém, o estudo e a solução do caso, que não se enquadraria na legislação citada, ainda mesmo que a nomeação não tivesse sido feita em substituição.

6. Dispõe o art. 12 do Decreto n.º 6.222, no seu parágrafo único :

“O tempo de efetivo exercício do funcionário sujeito a *estágio probatório* será considerado, para efeito do mesmo, se noutro cargo vier a ser provido”. (O grifo não é do original).

E o art. 14 do E.F. estabelece :

“As nomeações serão feitas :

I — Para estágio probatório, quando se tratar de cargo público de provimento efetivo, isolado ou de carreira, e ainda que preenchido por concurso;

II — Em comissão, quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de lei, assim deva ser provido; e

III — Interinamente :

a) no impedimento de ocupante efetivo de cargo isolado; e

b) em cargo vago de classe inicial de carreira, para o qual não haja candidato legalmente habilitado.

7. Dos dispositivos transcritos se conclui :

a) que a nomeação “para estágio probatório” (item I do art. 14) se *distingue* da nomeação feita “interinamente” (item III do art. 14), quer se trate de “substituição” ou de “cargo vago” (alíneas a e b do item III do art. 14);

b) que, assim, o funcionário nomeado, “interinamente”, não o é “para estágio probatório” e, conseqüentemente, *não está sujeito a estágio probatório*;

c) que o art. 12 aludido manda contar, para êsse efeito, apenas o tempo de efetivo exercício do funcionário *sujeito a estágio probatório*, isto é, do que foi nomeado “para estágio probatório”;

d) que é evidente, portanto, que êsse dispositivo não se aplica aos que foram nomeados “interinamente”, na forma do item III do art. 14 (alíneas a ou b), mas, exclusivamente, aos que foram nomeados “para estágio probatório”, de acôrdo com o disposto no item I do mesmo artigo.

8. Em face das conclusões do item anterior, não poderá o interessado, que, nomeado “interinamente”, *não estava sujeito a estágio probatório*, ser beneficiado pelo aludido art. 12 do Decreto n.º 6.222-40, como entendeu o S.P.F..

9. Passa a D.F., assim, ao exame do assunto, em face da resolução do C.D. do D.A.S.P., publicada no *Diário Oficial* de 23 de maio de 1940, como também foi pedido.

10. Em virtude dessa decisão, ficou estabelecido “que, quando a interinidade fôr seguida de efetivação, seja êste tempo contado para estágio probatório”.

11. Essa decisão, para ser convenientemente entendida, terá de ser combinada com o disposto no parágrafo único do art. 51 do E.F., que, àquela época, tinha a seguinte redação :

“Parágrafo único. Será contado na antiguidade de classe o tempo de efetivo exercício como interino, desde que entre êste e o provimento efetivo não tenha havido interrupção”.

12. Mandando, pois, a lei que o interino, quando efetivado, contasse, como de antiguidade de classe, o tempo de interinidade, nada mais razoável que esse tempo fôsse contado também para efeito de estágio probatório. Daí o entendimento do C.D. do D.A.S.P.

13. Mas é evidente que a aludida resolução terá de ser sempre conjugada com o sentido daquele dispositivo legal. E, como já esclareceu a D.F. no parecer constante do processo D.A.S.P. 5.766-44, publicado no *Diário Oficial* de 1 de setembro de 1944, o tempo de interino só seria contado, na efetividade, na forma do mesmo dispositivo quando esta fôsse *função, decorrência* da mesma interinidade.

14. Aliás, essa conclusão, como também esclareceu aquêlê parecer, está hoje corroborada pela nova redação dada ao aludido dispositivo, pelo Decreto-lei n.º 6.558-44, e que é a seguinte :

“Parágrafo único. O funcionário, *exonerado na forma do § 9.º do art. 17, que fôr nomeado em virtude de habilitação no mesmo concurso*, contará, como antiguidade de classe, o tempo de efetivo exercício na interinidade” (o grifo é do original).

15. E' evidente, portanto, que o funcionário só contará, como de antiguidade de classe, o tempo de efetivo exercício prestado como interino, quando à interinidade se seguir nomeação decorrente do concurso cuja homologação determinou sua exoneração do cargo exercido interinamente.

16. E, dentro dessa interpretação, terá que ser entendida a aludida resolução do C.D. do D.A.S.P., não podendo ser aplicada, assim, a outras situações que não as configuradas naquele dispositivo legal, segundo a mesma interpretação.

17. A simples nomeação, nos termos do item I do art. 14 do E.F., em seguida a uma interinidade, não implica necessariamente em que aquela seja a função dessa, ainda mesmo que se trate de cargo idêntico. E quando se trata de cargo diferente, como no caso, é flagrante a falta de relação entre uma e outra, não podendo, conseqüentemente, ser invocada a aludida resolução, em face do esclarecido nos itens 15 e 16.

18. Assim, mesmo desprezada a circunstância de se tratar de nomeação interina, em substituição, bastaria que a interinidade tivesse ocorrido em um cargo e a nomeação “para estágio probatório” em outro, como de fato ocorreu, para que ao caso não se pudesse aplicar a resolução aludida.

19. Quanto à consulta formulada, desde que, em hipótese alguma, da nomeação interina, em substituição, poderia resultar efetivação, o que está, aliás, taxativamente previsto no art. 90, § 1.º, do E.F., *verbis* :

§ 1.º O substituto, funcionário ou não, exercerá o cargo ou função, enquanto durar o impedimento do respectivo ocupante, sem que nenhum direito lhe caiba de ser provido efetivamente no cargo”.

jamais se verificarão as condições necessárias, quando se tratar de nomeação interina, daquela natureza, para que o tempo de serviço respectivo seja contado para efeito de antiguidade de classe e, conseqüentemente, para efeito de estágio probatório (itens 13 a 17).

20. Com êsse parecer, a D.F. restitui o processo ao Sr. Diretor-Geral da Fazenda Nacional.

D.R., em 21 de fevereiro de 1945. — *Henrique Barbosa*, Diretor de Divisão.